



Amaral: "A campanha está dentro das regras constitucionais"

BB não libera material da campanha do Real

Justiça havia decidido que gravações, textos e contratos teriam de ficar à disposição do deputado Aldo Rebelo

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — Até as 18 horas de ontem o Banco do Brasil e a União não haviam cumprido a liminar do juiz Francisco Neves da Cunha, da 16ª Vara da Justiça Federal, que os obrigava a detalhar a campanha publicitária de um ano do Plano Real. A Justiça determinou que as gravações, textos, contratos de publicidade e até comprovantes de pagamento ou notas de empenho da despesa fossem mostrados ao líder do PC do B na Câmara, Aldo Rebelo (SP), autor da ação.

Segundo Rebelo, a Advocacia Geral da União informou ao seu gabinete que as peças da campanha publicitária estariam à disposição das 9 horas às 18 horas de ontem

na sede do Banco do Brasil. Rebelo chegou ao banco às 15 horas e foi informado de que não havia sido possível reunir todas as peças publicitárias, que estariam em uma produtora de vídeo de São Paulo. O parlamentar espera apenas a apresentação das gravações, textos e contratos de publicidade para decidir se move uma ação popular por desvio de finalidade.

O porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral, em resposta à ação cautelar, disse que o governo quer educar a população para se defender da inflação e proteger sua moeda. Segundo ele, a campanha tem um custo de R\$ 4 milhões, e começou a ser veiculada na televisão no último fim de semana. "Em

20 anos, nunca tivemos uma moeda com o desempenho do real; a campanha está inteiramente dentro das regras constitucionais e não tem qualquer elemento de promoção pessoal do presidente da República ou do governo", rebateu Sérgio Amaral.

ASSESSORIA
DO BANCO DIZ
QUE FITAS
ESTÃO EM SP